

05-10-2017

## Guiné Equatorial pede apoio para abolir a pena de morte

**Colaboração** Jovem país da CPLP já não aplica pena de morte mas ainda lhe falta legislação nesse sentido. Solicita ajuda de quem sabe e a Faculdade de Direito é uma dessas “ajudantes”

Margarida Alvarinhas

Desde que se tomou membro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em 2014, a Guiné-Equatorial não voltou a aplicar a pena de morte, mas o jovem país, de 41 anos apenas, continua a não ter legislação efectiva nesse sentido. Ontem, numa visita à Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (FDUC) e à exposição sobre os 150 anos da abolição da pena de morte em Portugal patente no Colégio da Trindade, o embaixador da Guiné-Equatorial, Tito Mba Ada, deu nota das conquistas já feitas, mas deixou claro que o



**Comitiva** da Guiné-Equatorial visitou a exposição sobre a abolição da pena de morte em Portugal

FIGUEIREDO

país quer dar passos «seguros» para dar seguimento ao compromisso assumido aquando da entrada na CPLP de abolir a pena de morte.

«A experiência de um país como Portugal é para nós importante para fazermos bem as coisas, sem cometer erros», salientou o embaixador, já à saída da exposição que retrata um percurso que Portugal fez há 150 anos e que a Guiné-Equatorial está a iniciar.

«Acervo jurídico» é, nas palavras de Tito Mba Ada, o que falta agora e é nesse sentido que o país está a fazer um estudo comparativo com outros países da CPLP para «conhecer dife-

rentes experiências», pedindo, por isso, a colaboração de Portugal e das suas instituições. Diz, de resto, que já foi solicitada «cooperação técnica» ao Governo Português, mas este ainda «não deu resposta». Já no que concerne às instituições de ensino superior portuguesas, a colaboração já está a sentir-se. «A comunidade académica respondeu e estamos a ter contactos com universidades portuguesas», afirmou.

Uma delas é a Universidade de Coimbra que o embaixador ontem conheceu, em particular a FDUC, onde foi recebido pelo director Rui Figueiredo Marcos que disponibilizou «colaboração técnica da Faculdade de Direito em projectos legislativos» na Guiné Equatorial. Segundo Figueiredo Marcos, a visita do embaixador equato-guineense é mais uma no âmbito das relações internacionais da FDUC, sendo objectivo a realização de iniciativas conjuntas em «determinados domínios» como «o direito penal ou mesmo na abolição da pena de morte». ◀